

O labirinto do Ministério Público

Ameaça de Rodrigo Janot a Gilmar Mendes expõe o MP no centro da falta de coordenação entre os órgãos ligados à Segurança Pública

Em uma semana em que a declaração do ex-Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, de que ele teria entrado na sede do STF para matar o Ministro Gilmar Mendes deveria ter chocado o país, a agenda da segurança pública foi marcada pela forte presença do Ministério Público no debate sobre a área. Mais do que nunca, o Ministério Público está sendo chamado a se expor e a lidar com o fato de que, a segurança, os bônus e, em especial, os ônus, também atingem esse fundamental Órgão de Estado.

Pelas suas características, o Ministério Público é um órgão que não tem tradição em exercer, para além dos aspectos formais dos inquéritos policiais, seu papel de responsável pelo controle externo da atividade policial. Isso gera, muitas vezes, uma série de atritos e fricções como, por exemplo, a medida do Conselho Nacional do Ministério Público proibindo o MPF de atuar no controle das ações das Polícias Militar e Civil. Segundo o CNMP, essa tarefa é exclusiva dos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal e não pode sofrer a interferência de nenhuma outra instituição ou esfera federativa.

O caso Ágatha Félix, analisado na edição 7 do Fonte Segura, é bastante emblemático dessa fricção interna corporis do Ministério Público e, sobretudo, da enorme dificuldade de se pensar a coordenação federativa e republicana na segurança pública. Hoje vivemos em um ambiente organizacional em que cada instituição (e sua devida instância federativa) tem autonomia para definir seus planos de trabalho e não há métricas e indicadores capazes de mensurar o que é ou não efetivo na salvaguarda dos direitos fundamentais e da vida no Brasil.

Mas isso não é exclusividade do Ministério Público e atinge a todas as instituições que lidam com segurança ou cujas ações têm impacto na segurança. Polícias, MP, Judiciário, Sistema Prisional, entre outras instituições, demonstram a importância do trabalho integrado e articulado no plano da gestão e da governança. E isso é bem distinto de se confundir papéis e ultrapassar balizas do Estado de Direito.

Prova mais vívida desta descoordenação, o Sistema Prisional, que pode ser visto como a soma de todos os erros das políticas criminais e penitenciárias do país, volta à tona e, a partir da nova onda de ataques no Ceará, nos mostra que o Estado, em suas múltiplas esferas e poderes, não está conseguindo endereçar soluções duradouras para o dilema dos presídios brasileiros. E, ao invés de buscar boas práticas, vamos repetindo fórmulas que não foram testadas e cujos riscos e danos colaterais não foram considerados.

O caso dos novos ataques no Ceará também é emblemático. Os ataques, até aqui, seguem uma trilha que vai ficando mais clara e que passa pela imposição do pânico e do medo em regiões com baixa presença policial e alta concentração de territórios ocupado pelo crime organizado. Nesses territórios, percebe-se que a população fica refém da baixa qualidade das políticas públicas e, ao mesmo tempo, do julgo do crime organizado. O fato de não existirem mortes até o momento parece revelar que o objetivo é disseminar o pânico e forçar negociações com as autoridades, que, por esta visão, estariam muito menos propensas se alguma morte tivesse ocorrido. Só não podemos errar o tom e colocar políticas públicas que levam tempo para a sua devida maturação em risco de descontinuidade.

Ao mesmo tempo, temos que olhar com bastante atenção as medidas que estão sendo tomadas pela gestão Bolsonaro que, nesta terça (01), editou mais um Decreto (10.030) que atinge diretamente a área da segurança, agora com uma nova redação para o Regulamento de Produtos Controlados pelo Exército e que mexe diretamente, mais uma vez, com as regras para posse e porte de armas de fogo, entre outros.

Enquanto isso, vamos reforçando estruturas/políticas públicas que são caras e com fortes impactos fiscais para os estados e extremamente desiguais para os próprios policiais, a começar pela discussão sobre a previdência dos policiais. No caso, os policiais militares estão atuando para terem a mesma cobertura das Forças Armadas e, com isso, aderirem ao regime de proteção da Marinha, Exército e Aeronáutica. A questão previdenciária hoje é um dos pontos de maior tensão entre as polícias e os governadores.

Em suma, a semana da segurança pública será de liquidação de posições, na ideia de diminuir os riscos hoje presentes no debate público e aumentar a disputa pelo sentido das narrativas políticas. Um dos fatores que vão dar o tom dos próximos dias é a decisão

por parte do GT que analisa as medidas dos pacotes dos Ministros Sergio Moro e Alexandre de Moraes acerca do conteúdo que fará parte do relatório final. Se forem confirmados os reverses do Ministro Sergio Moro, pelo Plenário da Câmara, é de se esperar uma forte reacomodação de forças e uma reconfiguração do tabuleiro político.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-9nd5z-9658u-jgrvj>

